

Sandra Negro y Manuel M. Marzal  
(compiladores)

# ESCLAVITUD, ECONOMÍA Y EVANGELIZACIÓN

## LAS HACIENDAS JESUITAS EN LA AMÉRICA VIRREINAL

### Capítulo 22



Pontificia Universidad Católica del Perú  
Fondo Editorial 2005

*Esclavitud, economía y evangelización.*  
*Las haciendas jesuitas en la América virreinal*  
Primera edición, septiembre de 2005  
Tiraje, 500 ejemplares

© Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005  
Plaza Francia 1164, Lima 1 - Perú  
Teléfonos: (51 1) 330-7410, 330-7411  
Fax: (51 1) 330-7405  
Correo electrónico: [feditor@pucp.edu.pe](mailto:feditor@pucp.edu.pe)  
Dirección URL: [www.pucp.edu.pe/publicaciones/fondo\\_ed/](http://www.pucp.edu.pe/publicaciones/fondo_ed/)

Diseño de cubierta: Sandra Negro  
Diagramación de interiores: Juan Carlos García M.

*Prohibida la reproducción de este libro por cualquier medio, total o parcialmente,  
sin permiso expreso de los editores.*

ISBN 9972-42-722-6

Hecho el depósito legal 2005-5716 en la Biblioteca Nacional del Perú

Impreso en el Perú - Printed in Peru

## Redescobrimo a colonização: a arqueologia na restauração de três igrejas jesuíticas do litoral brasileiro

ROSANA NAJJAR

6.<sup>a</sup> Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Río de Janeiro, Brasil

O NÚMERO DE TRABALHOS acadêmicos que se dedicam a pesquisar as ações da Companhia de Jesus no processo de colonização portuguesa no Brasil é bastante considerável. Esses trabalhos perpassam, inclusive, diversos campos de conhecimento, pois a ação desses religiosos em nosso país foi marcada por grande complexidade e abrangência. Assim, a ação jesuítica foi objeto da História, da Arquitetura, das Letras, da Educação e de diversas outras disciplinas, ou campos de confluência de disciplinas, que pretenderam entender os processos sociais de constituição do Brasil, particularmente no período em que nosso país esteve subordinado à Coroa portuguesa.

A Arqueologia, como uma ciência social que visa a desvelar a história dos grupos humanos a partir de seus vestígios materiais, também tem se voltado para essa importante temática. A consolidação de um campo de estudos no interior desta ciência, dedicado a estudar os grupamentos humanos existentes no Brasil depois da chegada dos portugueses —a Arqueologia Histórica— tem acontecido concomitantemente ao incremento do interesse dos arqueólogos na temática jesuítica.

Assim, o número de estudos dedicados a analisar as ações dessa ordem religiosa no Brasil, particularmente aqueles originários de instituições do sul do país, tem crescido a cada dia, apontando para dados e questionamentos não explorados, ou explorados somente em parte, pelas outras ciências.

O fato do sul do Brasil ser a região de origem da maioria desses trabalhos não é aleatório. Ele se deve, em grande parte, à importância e à imponência que tiveram as missões jesuíticas ali localizadas (como também em regiões da Argentina e do Paraguai). Tal importância deu projeção a essas missões, não só no interior do campo acadêmico, fazendo-as estar presentes, também, em diversos produtos da indústria cultural, sendo, inclusive, temática de uma produção hollywoodiana. Nesta medida, a presença jesuítica no Novo Mundo em geral, e no Brasil em particular, ficou associada às missões.

O presente trabalho, apesar de se dedicar a estudar, sob alguns aspectos, as ações da Companhia de Jesus no país, em especial aquelas que relacionam o processo de catequese

ao processo de colonização (e ambos ao tipo de assentamento que esses religiosos fundaram e desenvolveram), o faz sem ter por intenção direcionar seu olhar para as missões jesuíticas, tal como elas se apresentavam no sul do Brasil.

Ele investiga a ação catequética e colonizadora dos jesuítas a partir de pesquisas de Arqueologia Histórica realizadas em três igrejas jesuíticas do litoral brasileiro: a Igreja de Nossa Senhora da Assunção (século XVI), a Igreja dos Reis Magos (século XVII), ambas localizadas no Estado do Espírito Santo e a Igreja de São Lourenço dos Índios (século XVI), localizada no Estado do Rio de Janeiro. A escolha dessas edificações como *locus* e objeto de nossas pesquisas se deu a partir de nossa participação —como coordenadora da pesquisa arqueológica—, nos projetos de restauração de todas elas, levados a cabo pela 6.<sup>a</sup> Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 6.<sup>a</sup> SR/IPHAN, a partir de 1994.

Delimitamos nosso objeto de pesquisa como sendo a discussão do programa construtivo dos jesuítas portugueses no Brasil colonial, dialogando com a bibliografia existente sobre o tema, a partir dos dados empíricos trabalhados nas três igrejas. Em especial, nos dedicamos à análise de seus assentamentos, tipo Colégio e Residência, existentes em todo o litoral dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Com essas pesquisas, tivemos o intuito de somar esforços no sentido de entender as complexas relações entre a arquitetura jesuítica e o projeto e as práticas político/religiosas dessa Ordem.

Nossa hipótese de trabalho foi a de que, apesar de existir um programa construtivo padrão para as edificações jesuíticas portuguesas mundo a fora, o partido arquitetônico a ele correspondente não era tão rígido como alguns autores subentendem (Bazin 1983, Santos 1966). Ele se adaptava, em muito, às condições e necessidades locais, tanto as relativas ao espaço físico do assentamento, como as ligadas aos grupos indígenas que eram objeto de catequese. Assim, embora possamos identificar regularidades entre os diversos assentamentos, podemos, também, identificar inúmeras particularidades em cada um deles.

A partir de um estudo crítico da vinculação entre a catequese jesuítica e o projeto de colonização portuguesa para o Brasil, pretendemos vislumbrar a ideologia subjacente à ocupação desta ordem no litoral brasileiro. Basicamente, pretendemos desvelar como a edificação, ela própria, foi um dos veículos de catequese, e instrumento de exercício de poder e ordenação social.

Ao propormos estes objetivos, temos certeza que partimos para olhar nosso objeto com uma visão de mundo definida. Buscamos enxergar as edificações por nós estudadas como reflexo das relações sociais e de poder então existentes. Mas, ao mesmo tempo, procuramos encontrar as características da edificação estudada que criavam, fortaleciam e consolidavam essas mesmas relações sociais. Assim, para nós, era fundamental partirmos para a pesquisa com a idéia de que aquele complexo arquitetônico era, ao mesmo tempo, produto e produtor do contexto histórico no qual ele estava inserido.

O fator básico que nos moveu a desenvolver este estudo foi a necessidade de rediscutirmos o papel sócio-político presente nas atividades religiosas dos jesuítas no Brasil colônia. Há um discurso ideológico que explica e justifica a presença dessa ordem religiosa nos primórdios da história do Brasil como um elemento civilizador, pleno de boas intenções, que aqui estaria contrabalançando a selvageria do colonizador português. A imagem popular de religiosos jesuítas, como o Padre José de Anchieta, que tem forte presença na história do Brasil, reforçada nos livros didáticos e no discurso que a Igreja Católica ainda hoje dissemina, revela essa perspectiva ideológica.

Em 22 de abril de 2000 o Brasil comemorou os 500 anos de sua «descoberta». Esta comemoração gerou uma onda de trabalhos que reavaliaram criticamente nossa história, e cremos que as pesquisas arqueológicas levadas a cabo nos vestígios das ocupações jesuíticas podem nos ajudar a entender e a contar uma outra história, desvelando as relações sociais que concretamente existiram e que o discurso oficial muitas vezes omite. No decorrer dos trabalhos das restaurações das Igreja nos deparamos com uma gama enorme de informações que podem iluminar essa outra história. Elas mereciam uma sistematização teórica mais aprofundada.

Outro fator que justificou o presente estudo foi a identificação de que há uma pequena produção teórica, no campo da Arqueologia, relativa à ocupação jesuítica portuguesa no litoral brasileiro. A grande maioria dos trabalhos sobre as formas de assentamento jesuítico, como já dissemos, se concentra nas edificações jesuíticas espanholas do sul do país. Outras disciplinas, como a Arquitetura e a História da Arte, predominantemente, se preocupam com a análise tipológica e arquitetural das edificações. Pouco se produziu academicamente com o objetivo de desvelar os significados sócio-político dos prédios.

## OS JESUITAS E A COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Os jesuítas chegaram a Portugal, em 1540, primeiro país no qual a Ordem se instalou depois de sua criação em 1534. Ela se faz presente nos projetos de expansão de Portugal, chegando ao Brasil em 1549, trazida por Tomé de Souza, primeiro Governador Geral.

A esses religiosos que aqui se instalaram, denominamos de jesuíta português, independentemente da sua nacionalidade, pois este aspecto individual não tinha importância, uma vez que o religioso seguia os preceitos da Ordem e da Coroa a que servia. Esta distinção também se faz presente na geografia da colonização. Segundo o Tratado de Tordesilhas, cabia ao jesuíta português se ater, inicialmente, às terras da Coroa portuguesa. Já o jesuíta espanhol, teve presença marcante no restante da América do Sul.

O projeto português para suas terras no Novo Mundo teve como objetivo a colonização, enquanto o projeto espanhol objetivava a conquista. A diferença entre

estes dois tipos de política reside, basicamente, no fato da existência, ou não, de riquezas minerais e de uma população nativa que as explorasse.

No caso português, pela inexistência de riquezas minerais consideráveis a serem exploradas, o foco de atenção se concentrasse na efetivação da posse das terras, sendo o primeiro passo a ocupação do litoral. Portanto, a necessidade de domínio das populações nativas desta região litorânea era imperativa e se deu através da execução de um projeto de colonização.

## A COMPANHIA DE JESUS

A Companhia de Jesus foi a primeira ordem religiosa a vir, organizadamente, para o Brasil. Desde o início, a ação jesuítica aqui confirmou que a Ordem era uma excelente parceira da Coroa portuguesa em seu projeto de colonização, passando a possuir o direito de exclusividade, dado pelo rei, para realizar as atividades missionárias regulares no Brasil. Assim, a Ordem dos Jesuítas permaneceu, durante um intervalo de trinta anos, como a única ordem religiosa no Brasil. Em 1580, devido à união da Coroa portuguesa à espanhola, passou a ser permitida a fixação de outras ordens. A atuação da Companhia de Jesus foi tão efetiva que ela foi acusada de criar um Estado dentro do Estado, sendo expulsa de Portugal e, portanto, do Brasil, em 1759, pelo Marquês de Pombal.

Baseado no Regimento Tomé de Souza (1548), no Brasil poderiam ser criadas dois tipos de aldeias (Franzen 1999: 216): as de El-Rei, que estariam sob a responsabilidade única e exclusiva dos jesuítas, inclusive no que se refere ao poder temporal, e as aldeias particulares, criadas e administradas por brancos ou mesmo índios batizados.

A função da aldeia era a de reunir índios para catequizá-los. A idéia central do projeto de colonização não era a de ocupar as terras indígenas, mas transferir os índios de suas aldeias para as aldeias jesuíticas, que eram fundadas para serem o *locus* destinado a civilizar o índio, no intuito de «aportuguesa-los» (nos apropriando de um termo utilizado por Hoornaert 1977). Era fundamental para o projeto português de colonização que o índio fosse evangelizado, evangelização esta que se caracterizava por tentar transformar o índio em «europeu».

Um projeto de colonização necessariamente subentende subjugar e aniquilar a cultura do povo a ser colonizado e instalar em seu lugar a cultura do colonizador. O aldeamento era o *locus* privilegiado desta tarefa. Eram pólos dessocializadores dos nativos. Sua criação é, assim, a confirmação física da intenção do ato de colonizar.

Portanto, era a aldeia a base do projeto missionário colonial. Era fundada a partir da presença dos jesuítas, seguida pela edificação de uma igreja, que posteriormente, dependendo do caso, poderia se expandir funcionalmente e, como conseqüência e reflexo, arquitetonicamente.

As aldeias eram localizadas próximas às vilas e cidades e tinham função doutrinária, econômica, política e de defesa. Elas eram o «Mundo Novo», o espaço da catequese.

Também fazia parte do projeto colonizador implantar, em algumas aldeias jesuíticas que obtivessem maior sucesso, residências (Franzen 1999: 236), viabilizando a fixação dos padres na localidade e permitindo que a função educativa fosse mais efetiva. Algumas, em estágio inicial de contato, não deveriam possuir estas instalações e os padres as visitavam periodicamente.

Para dar suporte às aldeias, o projeto de colonização previu a fundação de colégios jesuíticos em cada cidade ou vila de maior importância. O colégio era o polo centralizador das atividades político-administrativas de uma região, além de ter o objetivo de ensinar.

Entretanto, as residências poderiam ser transformadas, com o passar do tempo, em colégios. Esta transformação poderia ocorrer por motivos distintos. Uma possibilidade dela ocorrer era em função do sucesso do projeto de catequese. A aldeia transformava-se em polo político-administrativo regional, passando a receber auxílio financeiro da Coroa e a ter novos direitos.

## A ARQUITETURA JESUÍTICA

A arquitetura jesuítica no Brasil é fartamente analisada, tanto por arquitetos como por historiadores da arte, sendo objeto de vasta bibliografia (Costa 1978; Santos 1966 e 1977; Bazin 1983; e Bury 1991; dentre outros).

Objetivando ter um guia que nos auxilie em nossa discussão sobre a arquitetura dessa Ordem, nos apropriamos do proposto pelo mestre Lúcio Costa (1978):

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido amplo, o «programa», isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a «técnica», quer dizer, os materiais e sistemas de construção adotados; depois, o «partido», ou seja, de que maneira, com a utilização dessa técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente a «comodulação» e a «modenatura», entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento (Costa 1978: 17, grifos nossos).

Os conceitos presentes nessa passagem da obra de Lúcio Costa são largamente utilizados nos estudos de Arquitetura. A partir deles, pode-se modelar uma análise totalizante de uma obra arquitetônica, pois eles tentam dar conta de todos os aspectos dessa obra.

Entretanto, no presente trabalho, por não termos a arquitetura como campo teórico fundamental de discussão, deveremos nos ater, predominantemente, a dois dos conceitos apresentados: o *programa construtivo* e seu respectivo *partido*. A partir deles,

buscaremos vislumbrar a materialização da doutrina jesuítica na arquitetura das três igrejas objetos de nossos projetos de pesquisa arqueológica.

Lúcio Costa (1978) nos informa que o programa construtivo adotado pelos jesuítas no Brasil foi relativamente simples e consistia de três partes: a primeira, destinada à função de culto, era materializada através da construção da igreja, com coro e sacristia; a segunda, destinada ao trabalho, com a edificação das salas de aula e oficinas; a terceira, que tinha o objetivo de permitir a fixação dos religiosos no local, é chamada de residência.

A residência era o espaço privativo dos religiosos. Nela, localizavam-se seus cubículos (ou celas), enfermaria e outras dependências de serviço. Também fazia parte da residência a «cerca», área destinada ao cultivo de horta e pomar, fornecedores de alimentos para os habitantes da edificação. Como o próprio nome diz, era uma área cercada, em alguns casos por muro de tijolos ou pedras, de uso exclusivo dos religiosos.

Lúcio Costa termina sua caracterização da arquitetura jesuítica no Brasil definindo-a como «quase sempre inimiga dos derramamentos plásticos, despreziosa, muitas vezes pobre, obedecendo, em suas linhas gerais, a uns tantos padrões uniformes. E se devêssemos resumir, numa só palavra, qual o traço marcante da arquitetura dos padres, diríamos que foi a “sobriedade”» (Costa 1978: 51). Caso tivéssemos que exemplificar esta caracterização formulada por Costa, não teríamos nenhuma dúvida em apontar as igrejas de Nossa Senhora da Assunção, de São Lourenço dos Índios e dos Reis Magos como casos típicos.

A igreja, na concepção dos jesuítas, deveria ser ampla e possuir uma praça (ou terreiro) à sua frente. Esta configuração era necessária para que os objetivos da Companhia de Jesus fossem alcançados. Ambos os espaços eram necessários para receber um número sempre crescente de pessoas, convertidas ou não. O binômio igreja e praça era peça fundamental no trabalho de catequese. No Brasil, diferentemente do que ocorreu nas ocupações espanholas, a construção ordenada de casas ao redor da igreja ou da praça não estava nos planos dos jesuítas (Costa 1978: 17).

A partir desta constatação, podemos afirmar que a disposição física, ou partido, adotado pelos jesuítas portugueses para cumprir seu programa construtivo se limitou à implantação da igreja associada à praça. Por sua vez, esta igreja tem características definidas, possuindo a forma de «quadra», que é o partido tradicionalmente adotado pela arquitetura religiosa na Europa. Ela se caracteriza por dispor os vários corpos, ou «quartos», da edificação em forma quadrangular, criando um pátio interno.

Neste arranjo espacial, a igreja é a principal ala, seguida de mais três «quartos», tendo cada um deles uso previamente definido. O Padre Manoel da Nóbrega, em 1557, ilustra muito bem o programa construtivo e o partido adotados pelos jesuítas quando faz a descrição das casas de Salvador (estado da Bahia). É usual os jesuítas chamarem de casa às edificações da Ordem, independente das suas funções:

As casas que agora temos são estas: uma casa grande de setenta e nove palmos de comprimento e vinte e nove de largo. Fizemos nelas as seguintes repartições: um estudo e um dormitório e um corredor e uma sacristia, por razão que a outra casa, que está no mesmo andar e da mesma grandura, nos serve de igreja, por nunca, depois de estarmos nesta terra, sermos poderosos para a fazer, o que foi causa de sempre dizermos a missa em nossas casas. Neste dormitório dormimos todos, assim Padres, como Irmãos, assaz apertados. Fizemos uma cozinha e um refeitório e uma dispensa, que serve a nós e aos moços. Da outra parte está outro lanço de casas da mesma compridão. Em uma delas dormem os moços, em outra se lê Gramática em outra se ensina a ler e escrever. Todas estas casas, assim umas como outras são térreas. Tudo isto está em quadra. (Apud Santos 1966: 48)

Como podemos observar nesta citação, Nóbrega aponta para a existência de uma casa anterior à que ele descreve como definitiva. A bibliografia consultada nos mostra a existência de construções que precederam às igrejas que hoje testemunhamos. Estas casas, de «pouca dura», serviam para alojar, provisoriamente, os religiosos nos locais escolhidos para o desenvolvimento do trabalho de catequese. Portanto, obedecendo a seu caráter provisório, essas construções era feitas com materiais de pouca durabilidade, em madeira, barro e cobertura vegetal e, em alguns casos, assobradadas e coberta por telhas (Costa 1978: 19).

Paulo Santos (1966), no seu *Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e Brasil*, apresenta a descrição do padre José de Anchieta para o primeiro assentamento dos jesuítas em Piratininga (atual cidade de São Paulo), em 1555: «casa feita de madeira, e palha, a qual terá de comprimento 14 passos e 10 de largo, que nos serve de escola, dormitório e refeitório, enfermaria e cozinha e dispensa». Ainda segundo Anchieta, tratava-se de «uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palhas [...]» (Apud Santos 1966: 40).

Para a mesma aldeia, agora em 1561, Santos informa que «fala-se em casa noviciado, recolhimento e igreja» e cita Cardim, em 1585, quando ele diz que «é pequena e com bons ornamentos». Observa-se, a partir destes dados, a evolução da primeira edificação, provisória, para uma segunda, de caráter definitivo, seguindo o padrão do programa construtivo utilizado pelos jesuítas.

Chamamos a atenção para o fato da «cerca» não ter sido mencionada nestes relatos. Ela é um elemento pouco valorizado pelos autores. Somente existem descrições de como elas eram, não havendo preocupação em analisar este espaço no contexto da quadra. Não nos fica claro qual é seu papel, nem que forma possuía. Não nos é permitido, sequer, avaliar sua posição na trajetória da edificação. Só nos é permitido afirmar que está presente desde a casa provisória, uma vez que a subsistência dos religiosos dependia dela. Cardim informa que «A cerca, com a horta e o pomar faziam parte do programa dos seus estabelecimentos; não havia nenhum que não as tivesse», e que elas «complementavam o programa geral da construção» (Apud Santos 1966: 41).

É interessante a descrição que Cardim faz da cerca de Olinda (estado de Pernambuco):

[...] à tarde fomos merendar à horta, que tem muito grande, e dentro nela um jardim fechado com muitas ervas cheirosas e duas ruas de pilares de tijolos com parreiras e uma fruta que chamam maracujá [...]. Também tem um poço, fonte e tanque, [...] o jardim é o melhor e mais alegre que vi no Brasil, e, se estivera em Portugal, também se pudera chamar jardim. (Apud Santos 1977: 41)

A planta baixa das igrejas presentes nos complexos em quadra nos mostra que o partido utilizado pelos religiosos da Companhia de Jesus para as igrejas propriamente ditas foi, predominantemente, o da nave única. Somente existem duas exceções a este padrão em todo o Brasil, com igrejas que apresentam o partido de três naves, uma central e duas laterais, de origem românica, conforme sugere Santos (1977: 105).

A primeira exceção é a igreja de Nossa Senhora da Assunção, construída pelo padre José de Anchieta, na antiga Reritiba, atual Anchieta (estado do Espírito Santo). A segunda é a igreja de São Pedro da Aldeia, localizada em São Pedro da Aldeia (estado do Rio de Janeiro). Cumpre informar que esta igreja foi edificada por ordem também do padre Anchieta, e índios de Reritiba foram utilizados como mão-de-obra na construção. Acreditamos que a semelhança das duas, bem como seu caráter de excepcionalidade, se alicerce no desejo pessoal do padre José de Anchieta, responsável por ambas as edificações.

A partir de todos os dados e discussões apresentados anteriormente, nos cabe analisar se é possível afirmar que a Companhia de Jesus, no Brasil, efetivamente seguiu um padrão de assentamento, caracterizado pelo programa construtivo adotado e pelo respectivo partido utilizado para materializa-lo. A existência, ou não, de um padrão, ou de uma planta-padrão, a ser seguida pelos jesuítas é uma questão polêmica. Vários autores discutem sua existência (Carvalho 1982, Franzen 1999 y Vallery-Radot 1960, dentre outros), não existindo um consenso.

Objetivando esclarecer essa questão, daremos especial atenção à obra do historiador português Rui Carita (1987), que historia todo o processo de tentativa de criação e adoção, pela Companhia de Jesus, de uma planta-padrão para as suas edificações. A análise deste processo nos ajuda a entender até que ponto havia interesse, por parte da Ordem, de interferir no arranjo espacial e arquitetônico das edificações e, consequentemente, como isto se refletia em seu trabalho de catequese.

Carita (1987) realiza um exaustivo trabalho de pesquisa, abordando a memória histórica e o inventário da edificação jesuítica portuguesa do século XVI. Seu trabalho foi realizado a partir da necessidade de subsidiar o projeto de restauração e adaptação do complexo arquitetônico do Colégio dos Jesuítas de Funchal para seu futuro uso, a Universidade da Madeira. Este trabalho nos foi de extrema utilidade, não só por fornecer dados históricos fundamentais para a compreensão de momentos obscuros da

história, mas, também, pela semelhança entre nosso objetos (e objetivos) de pesquisa. Assim, mesmo temendo incorrer em excesso de citações, nos alongaremos nesta fonte. Ressaltaremos aspectos que, ao nosso ver, serão fundamentais para comparações e análises no decorrer do nosso trabalho.

Rui Carita (1987: 94) deixa clara a existência, já em 1575, da regra que impunha que as traças das edificações jesuíticas passassem pelo crivo de Roma, antes de serem construídas. Cabia ao Geral da Ordem aprovar, negar ou modificar todos os projetos arquitetônicos da Companhia mundo afora. Sendo uma Ordem extremamente centralizadora, não aceitava que as construções acontecessem sem seu conhecimento e autorização.

Objetivando contextualizar essa postura da Companhia de Jesus, Rui Carita (1987: 159-164) se baseia na excepcional e singular obra de Jean Vallerry-Radot (1960), *Le recueil de plans d'édifices de la Compagnie de Jésus conservé a la Bibliothèque Nationale de Paris*. É desta obra que ele retira os dados apresentados a seguir.

A primeira Congregação Geral da Companhia de Jesus, em 1558, não cria nenhuma regra a ser seguida pelas edificações. Limita-se a tecer considerações gerais, como, por exemplo, que as «edificações deveriam ser simples, salubres, adaptadas aos locais e funções para que se destinavam e despidas de luxo» (Carita 1987: 159). Esta primeira Congregação não teceu nenhuma consideração sobre as igrejas.

Em 1565, o 9.º cânone da segunda Congregação da Ordem, oficializa a determinação de submeter ao Geral da Ordem todos os projetos de construção antes da execução. Em 1566, o Geral expede uma circular onde determina «controlo prescrito, o envio para Roma das plantas, assim como dos pareceres dos consultores» (Carita 1987: 160), deixando claro que as regras deveriam ser cumpridas. Em documento posterior, o Geral reitera a proibição da construção de qualquer edificação importante que não tenha sido antecedida por um «plano em forma». Os argumentos para a adoção destas determinações ficam claros a partir da leitura da citação a seguir, provavelmente de 1570.

No se edifique cosa que sea de costa en casa, o colegio, o yglesia nuestra sin traça, o disegno, y en manera que se tenga respecto a la perpetuidad, como lo encomienda un decreto de la primera Congregacion, porque finalmente esto sale mas barato, aunque cueste mas que lo que se edifica para durar poco, y sin traça, porque conviene muchas veces por tal respecto derribar lo edificado (apud Carita 1987: 160).

Observa-se, portanto, que os argumentos se baseiam, principalmente, na perpetuação da edificação, na sua solidez e durabilidade, reforçados, inclusive, por aspectos econômicos. Esta perpetuação é uma das características que identifica a Ordem. Suas igrejas são, efetivamente, sólidas e com características arquitetônicas próprias que as distinguem das outras.

Em 1580, foram editadas as «Regras do Provincial» (*regulae provincialis*) que atribuíam responsabilidades aos Provinciais no que se refere à conservação e restauro

das edificações, mas não os autoriza a construir sem a prévia aprovação do Geral. O conjunto dessas regras gerou problemas, uma vez que a demora na aprovação provocava um atraso nas construções, acarretando prejuízos. Inclusive, aconteceram casos das plantas serem remetidas para Roma e, simultaneamente, a autorização para iniciar as obras ser dada pelo padre Visitador. Em consequência, com o passar do tempo, a autorização chegava indicando modificações no projeto inicial já em execução, o que gerava maiores prejuízos. Este ponto merece especial atenção para nós arqueólogos, pois pode explicar modificações detectadas por nós e que não possuem lógica visível.

É neste momento que a figura da «planta-tipo» surge como solução para a demora entre a autorização e a execução dos projetos. Carita nos informa que, em 1573, a terceira Congregação tenta propor uma planta-tipo (*traças comunes*), que deveria prever as necessidades básicas de uma edificação jesuítica. Ao que tudo indica, esta planta chegou a ser concebida pelo arquiteto jesuíta Padre Valeriano mas, infelizmente, o trabalho foi perdido, não chegando aos dias de hoje.

Em 1580, o Geral da época, Padre Mercuriano, adepto fervoroso da implantação da planta-tipo, estabelece instruções para o uso no «Instruction para el uso de las traças de los edificios de nuestra Compañia que se embian a España». Entretanto, o Geral Mercuriano falece neste mesmo ano e seu sucessor, Padre Aquaviva, não dá continuidade ao projeto. Assim, junto com Pe. Mercuriano morre, também, a «planta-tipo». Continua, portanto, cabendo ao Geral a aprovação das plantas e, principalmente, manter no arquivo da Ordem um exemplar de cada planta. Esta iniciativa tinha como objetivo detectar possíveis desvios de execução nos projetos autorizados. (Carita 1987: 161-162).

Nesta medida, podemos afirmar que nunca chegou a ser instaurada pela Companhia de Jesus uma planta-tipo própria para suas edificações. Além do mais, esta planta-tipo, caso tivesse sido estabelecida, o teria sido com o objetivo de estabelecer regras gerais, visando a dinamizar o processo de autorização do Geral para sua execução. Não seria a proposta da planta-tipo o aprofundamento das questões referentes ao programa construtivo ou ao partido arquitetônico a ser utilizado, uma vez que a Ordem já tinha absorvido programa e partido derivados da Contra-Reforma.

A objetivo da Companhia de Jesus de manter um controle rígido sobre o cumprimento das plantas autorizadas não se mostrou eficaz. Os desvios existiram e um dos exemplos que podemos apontar é o detectado através do trabalho do próprio Carita, em Funchal. O autor teve acesso às plantas arquivadas em Roma, as oficialmente autorizadas, e as comparou com a edificação atual e, a partir das análises, detectou mudanças que não estão descritas nos arquivos. Como exemplo, cita a existência, atualmente, de dois claustros, sendo que na planta original autorizada só constava um. Outro exemplo é ao da torre da igreja, que «[...] não se articula nem com a igreja, nem com o colégio, parecendo até pelos pormenores de construção, anterior à igreja, o que, por outro lado, não parece lógico» (Carita 1987: 162).

Do mesmo modo que Carita caracteriza alguns pormenores arquitetônicos da edificação de Funchal como ilógicos, nós também detectamos a existência de alguns detalhes de difícil explicação nas três igrejas que pesquisamos. Um dos nossos objetivos nas pesquisas foi o de identificar e apontar estas prováveis fugas de projeto, detectadas a partir das exposições das fundações das três igrejas trabalhadas. Infelizmente, não tivemos acesso a nenhuma das plantas originais, como foi o caso de Rui Carita, mas acreditamos que a massa de dados que possuímos sobre estas edificações nos permite identificar estas transformações.

Outra discussão recorrente nos vários autores por nós consultados e, ao nosso ver, pertinente à nossa análise, é a da existência, ou não, de um estilo jesuítico de arquitetura. Esta é uma discussão oportuna pois questiona a existência de um estilo arquitetônico próprio da Companhia de Jesus, que retrataria nas sua edificações, mundo afora, as características da Ordem.

Paulo Santos (1977: 54), no clássico *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*, nega a existência do estilo jesuítico. Ele, inclusive, nos mostra que membros da própria Companhia de Jesus concordam com essa posição, como é o caso do Padre Joseph Braun S. J., cujos comentários passamos a transcrever:

Se bem que o pensamento dos jesuítas tenha sido sempre romano, quer dizer católico, em tôdas as questões que dissessem respeito aos ritos, à doutrina e aos direitos da Igreja... em tôdas as questões profanas, e, conseqüentemente, em matéria de arte, êles sempre tiveram em vista os sentimentos e as idéias do povo em cujo meio viviam [...]. (Apud Santos 1977: 54)

A Companhia sempre se pautou pela obediência ao papa, ao poder central do cristianismo. Assim, neste caso, ela acompanha o movimento da Contra-Reforma empreendido pela Igreja, sendo, inclusive, um dos maiores expoentes deste movimento. Não podemos esquecer que a Ordem dos Jesuítas surge no auge da Contra-Reforma e suas edificações vão espelhar, desde o início, os novos valores presentes nela. Portanto, se há algum estilo seguido pela arquitetura feita pelos jesuítas este deveria ser denominado de «estilo da Contra-Reforma».

O estilo da arquitetura contemporânea ao movimento da Contra-Reforma reflete este movimento, fazendo com que a igreja tenha características barrocas, mais funcional para os seus objetivos. O templo é exuberante, dramático e teatral, refletindo a exaltação dos valores cristãos.

À sobriedade das naves das igreja medievais, em que os mais impressionantes efeitos arquitetônicos são obtidos antes com a sábia valorização das formas desnudas da construção, do que com os louvores da vestimenta ornamental —o altar não passando, muitas vezes, de uma simples mesa de pedra metida na abside, desprovida de retábulo ou reduzindo-se êste a um simples armário sem aparato— a essa sobriedade se contrapõem, nos interiores das igrejas barrocas, o fausto, a pompa, o emprego dos

mais ricos materiais e das mais vistosas côres, a exuberância transbordante da ornamentação escultórica e pictórica [...] (Santos 1977: 57-58).

No Brasil, o termo arquitetura jesuítica, apesar de toda a polêmica que existe sobre sua existência, serve para identificar a fase inicial do barroco, isto é, o *post-renascentista* ou o *proto-barroco*. É o período compreendido entre fins do século XVI e meados do XVII, exatamente o período em que a presença da Companhia de Jesus foi marcante. É devido a este fato que, no Brasil, se associa o barroco aos jesuítas (Santos 1977: 89).

### ALGUNS DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS NAS TRÊS IGREJAS

Um projeto de restauração de um bem cultural da nação deve ter como objetivo, dentre outros, a recuperação e a socialização da história deste bem. No caso das edificações muito antigas, como é o caso das igrejas objetos desse trabalho, normalmente não existem registros históricos disponíveis que cubram toda a sua existência. Nessas situações, mais do que nunca, a Arqueologia se mostra uma ciência eficaz no trabalho de recuperação histórica, não só para suprir a ausência de dados bibliográficos, mas também para dialogar com os poucos documentos escritos existentes.

As restaurações executadas pela 6.<sup>a</sup> SR/IPHAN têm tido como premissa que seus projetos de restauração tenham um cunho interdisciplinar, onde a Arqueologia, a Arquitetura e a História trabalhem juntas no intuito de resgatar a história dos bens a serem restaurados.

O projeto de Arqueologia de Restauração elaborados para estes bens buscaram não só produzir dados relevantes para a Arquitetura mas, também, como afirmam Handsman e Leone (1995), mostrar que as edificações são *superartefatos* construídos pelo homem, necessariamente inseridos num dado tempo e espaço, portanto carregado de valores e simbolismos. São, assim, produzidas e produtoras de relações sociais, relações estas que pretendemos desvelar.

A 6.<sup>a</sup> Regional do IPHAN tem buscado, vivamente, resgatar o respeito ao termo Arqueologia de Restauração. Por este termo ter sido empregado como sinônimo da apropriação das técnicas da Arqueologia pelo projeto de arquitetura, a Arqueologia vinha sendo sub-utilizada, o que gerou um preconceito tanto entre os arqueólogos quanto entre os arquitetos. Este preconceito foi gerado a partir dos pífios resultados advindos desta prática equivocada, que não permite vislumbrar o potencial de dados provenientes da pesquisa arqueológica.

É a partir desta premissa que temos a pretensão de fazer com que os projetos de restauração sejam encarados como momentos potencialmente interessantes de realização de um efetivo resgate da história do bem e da sociedade que o construiu.

Seguem abaixo alguns dos resultados das pesquisas nas três igrejas, particularmente aqueles referente a como se dá a implantação da edificação no espaço, pois entendemos que este é o aspecto que melhor ilustra o projeto jesuítico colonial para o Brasil.

## A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO (ANCHIETA/ESPIRITO SANTO)

Existe grande divergência entre os autores sobre a data da construção da igreja de Nossa Senhora da Assunção. Optamos, aqui, por não entrar no mérito das discussões, adotando as últimas décadas do século XVI como período mais aceito para sua construção. As pesquisas arqueológicas aconteceram entre 1994 e 1997.

A partir do diálogo entre os dados obtidos pela escavação arqueológica e a bibliografia sobre o assunto, propomos um modelo de evolução histórico-arquitetônico do assentamento jesuítico português litorâneo no Brasil, cujo papel, em última análise, era o de colonizar o território através da catequese.

A partir desse diálogo e de nossas observações em outros assentamentos jesuíticos litorâneos, estabelecemos três modelos de ocupação do espaço, possivelmente sucessivos, relacionados à presença efetiva desses religiosos nas aldeias, no cumprimento de sua missão catequizadora e, conseqüentemente, viabilizadora da colonização desta terra pela Coroa portuguesa.

Como *primeiro modelo de ocupação* por nós identificado como o momento inicial do assentamento jesuítico, propomos a presença da igreja, acompanhada pela sacristia e pela cerca. O religioso residiria, nesta configuração, no próprio espaço da sacristia. A cerca, a nosso ver, teria um peso muito maior do que o atribuído pela bibliografia, e até por escritos do próprio padre Anchieta, pois além de servir de área de plantio de subsistência, serviria para demarcar o perímetro onde viria a ser assentado o «mundo» jesuítico. Demonstrativo desse papel seria o fato da cerca, em muitos assentamentos, ter sido construída em alvenaria de pedra ou tijolos (Anchieta 1946: 5-6).

Na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, identificamos a presença de uma cerca de alvenaria em pedra e cal. A existência de um único alinhamento vertical de pedras de espera na parede externa da nave é a evidência que nos mostra ter existido uma única parede (ou muro) cuja função era a de fechar a mais antiga configuração de quadra. Outro vestígio que reitera nossa crença na existência de uma cerca ligada à igreja é a presença de pedras de mão em pequena porção do piso da área da nave. Este vestígio foi por nós interpretado como um indício da existência de um vão de porta que ligaria a nave à cerca. Nosso raciocínio se baseia no fato de ser uma prática a utilização de revestimentos de piso mais resistentes (pedras ou cerâmica) próximos à vãos de passagem para o exterior, resguardando os pisos internos de madeira.

É nesse momento que observamos a intencionalidade presente no projeto de arquitetura, visto que as partes a serem construídas futuramente —torre, residência, etc.— já estavam previstas desde o início da construção. Na igreja de Nossa Senhora da Assunção, segundo as pesquisas arqueológicas puderam demonstrar, o projeto de ampliação e fixação já estava previamente definido. Detectamos que o vão de porta localizado no coro, que dá passagem para a residência, é um vão estruturado, isto é, foi construído quando da edificação da parede, antes mesmo da residência existir. Mostra

que havia a intenção de expandir o complexo religioso, construindo futuramente a residência, ou a torre.

Como *segundo modelo de ocupação* propomos a configuração composta pela igreja, pela sacristia, pela cerca e por parte da residência. Neste modelo, o fechamento em quadra se dá através da associação entre residência e cerca, pois as quatro alas ainda não estão completamente edificadas. Assim, este modelo subentende as várias etapas de construção da residência, desde sua presença em somente um quarto da quadra (que compõe a fachada do conjunto). Nele, entretanto, não se atinge a situação em que o fechamento em quadra se faz pela existência de quatro alas de edificação. Nesta medida, este segundo modelo representa, também, as várias etapas intermediárias existentes entre o modelo inicial e o terceiro, que vem a seguir.

Esse modelo pode, inclusive, vir a ser o definitivo, pois em algumas edificações jesuíticas identificamos uma configuração cuja quadra, com as suas quatro alas, não se concretizou (as igrejas de São Lourenço dos Índios e de São Pedro da Aldeia, ambas no Rio de Janeiro, são exemplos deste caso).

A residência é a edificação que permite a presença mais efetiva da Ordem na aldeia, pois representa a fixação de uma quantidade de religiosos, que passariam a vivenciar seu cotidiano para além das visitas, mais ou menos esparsas, que já estariam acontecendo desde a implantação inicial do assentamento. Esta fixação possibilita uma maior eficácia e agilidade no trabalho com o gentio da própria aldeia bem como um incremento no número e na qualidade das visitas realizadas por esses religiosos às aldeias próximas.

O *terceiro modelo de ocupação* é o do fechamento total da quadra com as quatro alas edificadas e um claustro. Ele pode ser observado tanto em residências quanto em colégios. No caso dos colégios, estes poderiam possuir vários fechamentos em quadra com usos distintos.

## A IGREJA DE SÃO LOURENÇO DOS ÍNDIOS (NITERIÓ/RIO DE JANEIRO)

As pesquisas desenvolvidas na igreja de São Lourenço dos Índios ocorreram no ano de 2000. Esta é uma edificação jesuítica do século XVI e sua implantação data de 1568, sendo, portanto, um dos primeiros assentamentos desta ordem no Brasil. Nela buscamos aplicar o modelo dos três tipos de ocupação que observamos na igreja de Nossa Senhora da Assunção.

É sabido que os assentamentos jesuíticos típicos existentes no litoral brasileiro, à época da colonização, eram os Colégios e as Residências (Abreu 1998). Estes eram complexos arquitetônicos compostos pela igreja e mais três alas (ou anexos) que se fechavam em forma de quadra. Este fechamento em quadra obedece às regras impostas à época pela Igreja Católica. Esta configuração, entretanto, não se apresenta, hoje, em São Lourenço dos Índios. Atualmente, existe no local somente a igreja e a sacristia.

Em nossa pesquisa, buscamos saber se a configuração típica dos complexos arquitetônicos jesuíticos efetivamente nunca existiu no sítio que trabalhávamos, ou se ela existiu mas não sobreviveu ao tempo. No caso dela nunca ter existido, poderíamos afirmar que o fato caracterizaria uma exceção a um padrão presente em nosso litoral, nos cabendo buscar justificativas para esta exceção.

Nas escavações realizadas numa das laterais da igreja, localizamos vestígios de estruturas arquitetônicas que, ao que tudo indica, são os alicerces de uma edificação alinhada perpendicularmente à igreja. Uma das fontes documentais pesquisadas nos informou da existência de alicerces construídos para a ampliação da igreja e, que no século XVIII, estas estruturas sofreram desmontes pela população local.

Este dado foi fundamental para nossa pesquisa, pois mostrou que o projeto de implantação do assentamento jesuítico não fugia às características impostas à época. Entretanto, essa intenção inicial não se materializou em edificações concretas.

Este dado nos fez acreditar que os três modelos de ocupação propostos a partir dos resultados obtidos em Nossa Senhora da Assunção eram plenamente aplicáveis no caso de São Lourenço. A partir dos dados advindos da pesquisa arqueológica podemos propor, pelo menos, três momentos distintos de configuração da edificação:

O primeiro momento seria o da igreja com uma sacristia menor do que a que hoje presenciamos. Os vestígios das fundações de uma provável ampliação da edificação, foram interpretados como as bases para uma futura torre e contemporâneos à esta etapa. Localizamos, também, o vão de porta estruturado, localizado no coro, que daria acesso a esta futura torre. Este momento se encaixa no Primeiro Modelo de Ocupação anteriormente proposto, quando as intenções futuras do projeto de fixação dos religiosos já estão expressas no projeto de arquitetura.

O segundo momento é o da igreja e sacristia, que ganha um prolongamento, acreditamos que motivado pela necessidade de permitir a fixação de religiosos na aldeia. Ao nosso ver, corresponde ao Segundo Modelo de Ocupação apresentado anteriormente.

O terceiro e último momento de São Lourenço é o que hoje presenciamos. Onde à fachada é acrescida uma *sineira*, uma parede com dois pequenos arcos que suportam dois sinos, e que também tem a função de permitir a construção de uma escada para dar acesso ao coro. Alertamos para o fato desta *sineira* ter sido construída no lado oposto ao originalmente projetado pelos jesuítas. A sacristia permanece com as mesmas características observadas no momento anterior. Este último momento da igreja não corresponde ao Terceiro Modelo de Ocupação proposto. Entretanto, ele é extremamente elucidativo, pois mostra a não adoção das ampliações previstas nos primórdios do projeto daquele assentamento. É o exemplo mais claro que encontramos do abandono de um projeto, da mudança de planos. Por algum motivo, a aldeia de São Lourenço dos Índios teve seu papel dentro do projeto de colonização modificado, e este fato ficou espelhado na sua arquitetura.

## A IGREJA DOS REIS MAGOS (SERRA/ESPÍRITO SANTO)

A construção da igreja dos Reis Magos data da primeira década do século XVII, e as pesquisas arqueológicas para sua restauração aconteceram entre 2001 e 2002.

Ao aplicarmos, na análise dos vestígios encontrados nessa igreja, os três modelos de ocupação já anteriormente aludidos, observamos que eles não seriam suficientes para explicar a realidade ali exposta. Em Reis Magos, desvelamos mais momentos de ocupação dos que os propostos pelos três modelos.

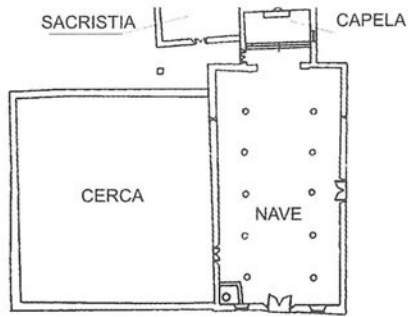
Nesse sítio, conseguimos localizar os vestígios do primeiro assentamento jesuítico, anterior à construção da igreja propriamente dita: a casa comunal, de múltiplos usos, descrita pela bibliografia. Esta descoberta nos fez ver a necessidade de propor um modelo que preveja esta edificação, que existe antes da construção da igreja propriamente dita. Lembramos que era objetivo da igreja se perpetuar, mas esta edificação, que tinha por objetivo ser provisória, necessariamente não deveria se perpetuar. Os vestígios associados a esta edificação, observada a partir da experiência em Reis Magos, devem ser buscados por pesquisas futuras em outros assentamentos jesuíticos, tendo-se sempre em mente que eles não são de fácil visualização.

A partir da observação das sucessivas etapas de sua construção da igreja dos Reis Magos, afirmamos que, excetuando a descoberta das fundações da igreja primitiva, todos os vestígios encontrados se adequam, perfeitamente, nos três modelos de ocupação já mencionados. Portanto, essa construção espelha a materialização de um projeto de assentamento muito bem sucedido. Esta constatação reitera os dados obtidos a partir da bibliografia consultada, que coloca a Aldeia dos Reis Magos numa posição de destaque político e geográfico, sendo a responsável pela catequese de milhares de índios.

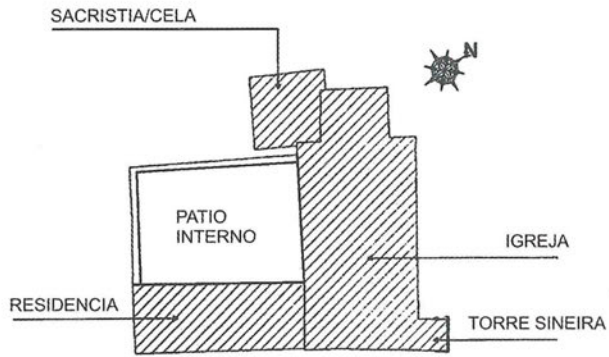
Objetivando ilustrar nossas hipóteses de como essa igreja foi sendo edificada, apresentamos, ao final deste trabalho, cinco cenas que representam, de forma diacrônica, a reconstituição do assentamento.

## CONCLUSÃO

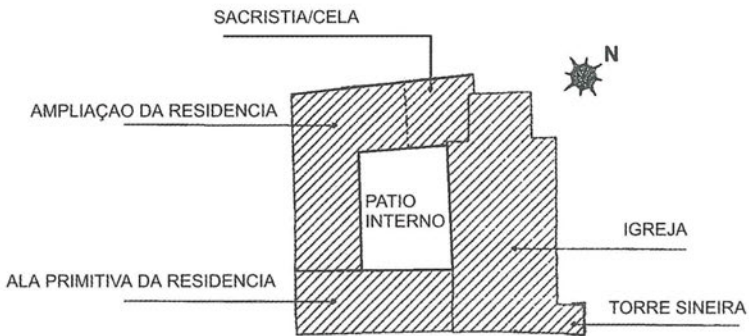
Assim, após tudo que foi exposto, afirmamos que no universo pesquisado de três igrejas jesuíticas do litoral brasileiro —exemplares dos primeiros momentos da colonização—, temos representadas todas as etapas do projeto de catequese jesuítico. Essas etapas vão desde a primeira fase, quando da chegada dos religiosos nos assentamentos (ocasião da construção das moradias provisórias de múltiplos usos), passando pela aldeia de visita (quando já se tem a igreja, mas sem permitir a fixação dos religiosos no local), até culminar nas igrejas com suas residências, que tinham o papel de materializar a presença tanto do igreja quanto da coroa no litoral brasileiro, assegurando a sustentabilidade do projeto de colonização do Brasil.



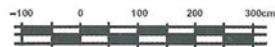
PRIMEIRO FECHAMENTO EM QUADRA  
PLANTA BAIXA, PAVIMENTO TERREO



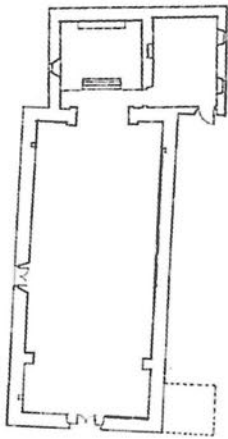
SEGUNDO MOMENTO DA QUADRA



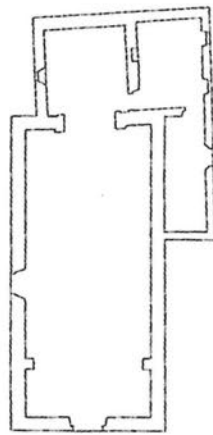
MOMENTO DA QUADRA COMPLETA



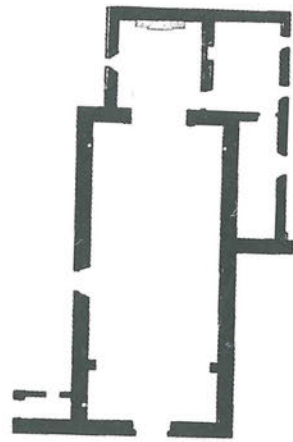
A igreja de Nossa Senhora da Assunção (Anchieta/Espírito Santo)



**2a**

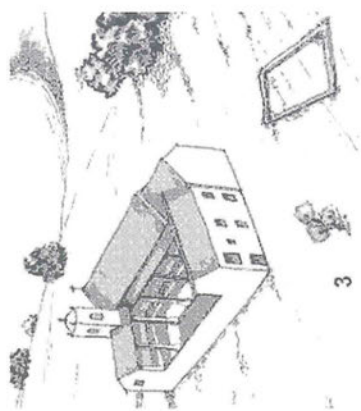


**2b**

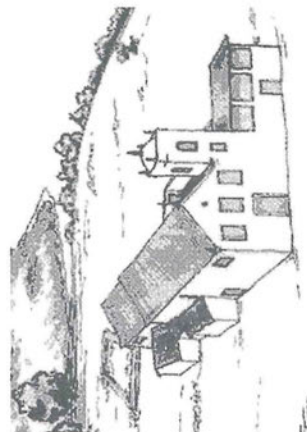


**2c**

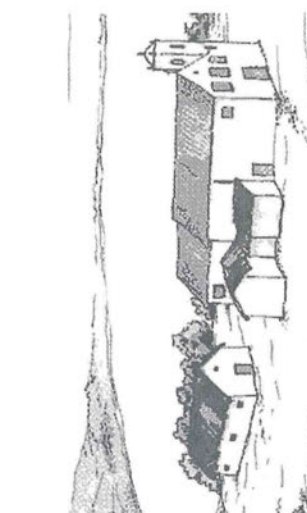
A igreja de São Lourenço dos Índios (Niterói/Rio de Janeiro)



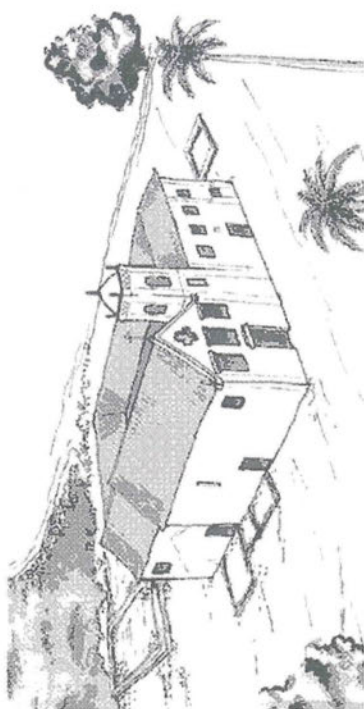
3



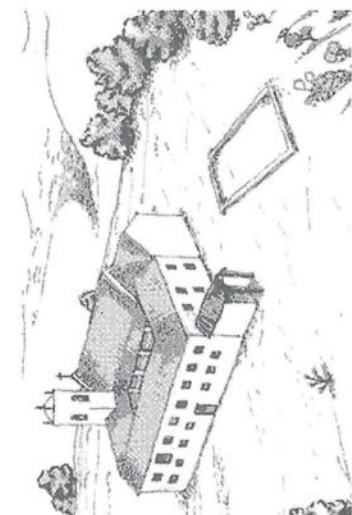
2



1



5



4

A Igreja dos Reis Magos (Serra/Espírito Santo)



Temos, portanto, a obra arquitetônica como produto e produtor das intenções de catequese e colonização. Quando trabalhamos com cultura material — e uma edificação é um «superartefato» — o binômio produto/produtor não deve ser quebrado, sob pena de não termos a percepção do mundo que pesquisamos. Ela é produto, pois é a partir da pedra e do cal que se materializa o *locus* da ação catequética, e produtor, pois a própria edificação cumpre o papel de estabelecer novas relações entre os indivíduos que a usufruem. A igreja, em sua materialidade, impõe uma nova «verdade» para os colonizados, sendo a representação, sólida e poderosa, do europeu e de seu Deus.

## NOTAS

Fotos: Arquivo da 6.<sup>a</sup> Superintendência Regional do IPHAN

Desenhos artísticos: Gabriel Albuquerque

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Carol de (org.)

1988 *Anchieta, a restauração de um santuário*. Rio de Janeiro: 6.<sup>a</sup> CR/IPHAN.

ANCHIETA, José de

1933 *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1994)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

1946 *A Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/Ministério de Educação e Saúde.

1989 *Cartas inéditas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

BAZIN, Germain

1983 *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. 2 vol. Rio de Janeiro: Record.

BURY, John

1991 *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. São Paulo: Nobel.

CARDIN, Fernão

1980 *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte y São Paulo: Itatiaia y EDUSP.

CARITA, Rui

1987 *O colégio dos jesuítas de Funchal*. V. 1 Memória histórica. V. 2. Descrição e inventário. Funchal: Governo Regional da Madeira.

CARVALHO, José Antônio

1982 *O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

COSTA, Lúcio

- 1978 «A arquitetura jesuítica no Brasil». In *Arquitetura religiosa. Textos Escolhidos*. s.l.c.: FAUUSP/MEC-IPHAN.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos

- 1999 *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no sul do Brasil e Paraguai (1580-1640): um estudo comparativo*. São Leopoldo: Editora UNISINOS.

HANDSMAN, Russell e Mark P. LEONE

- 1995 «Living history and critical archaeology in the reconstruction of the past» In Pinsk, Valery e Wylie, Alison (ed.). *Critical traditions in contemporary archaeology*. 2.<sup>a</sup> ed. Albuquerque, New Mexico-USA: University of New Mexico Press.

HOORNAERT, E. (coord.)

- 1977 *História da igreja do Brasil*. T.º 2. Coleção História Geral da Igreja na América Latina. Petrópolis: Vozes.

NAJJAR, Rosana

- 1999 «Historical archaeology & the restoration of monuments: the example of the church of Nossa Senhora da Assunção, Anchieta, Espírito Santo, Brazil». 64th Annual Meeting of Society for American Archaeology-SAA, Chicago, Illinois (EUA).
- 2000 «A Arqueologia Histórica na Igreja de São Lourenço dos Índios, Niterói/RJ». *Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americano*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, outubro.
- 2001 «Catequese em pedra e cal: estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (Nossa Senhora da Assunção-Anchieta/ES)». Dissertação de mestrado. São Paulo. Mestrado em Arqueologia, FFLCH, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Paulo F.

- 1951 *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos.
- 1966 «Contribuição ao estudo da arquitectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil». Separata do vol. IV das *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra. 1961.
- 1968 «Formação de cidades no Brasil colonial». V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra. S./d.
- 1977 *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

VALLERY-RADOT, Jean

- 1960 *Le recueil de plans d'édifices de la Compagnie de Jésus conservé a la Bibliothèque Nationale de Paris*. Paris: Bibliothèque Nationale.